

Ganhar com a saúde, e não com a doença

por Antonio Carlos Campos
de São Paulo

"A filosofia da medicina de grupo é lucrar com a saúde da população. Por isso, quanto maior e melhor o nível de atendimento a essa população, maior também será o lucro auferido pela empresa do setor." Quem faz a afirmação é o médico Luiz Roberto Silveira Pinto, diretor-superintendente da Samcil S.A. — Serviço de Assistência Médica ao Comércio e Indústria, principal empresa em prestação de serviços hospitalares ao INPS e a maior rede de hospitais gerais da América do Sul.

Fundada em 1960, a Samcil mantém atualmente convênios com cerca de 340 empresas, às quais presta serviços médico-hospitalares. Seu faturamento no ano passado foi de Cr\$ 335 milhões, número que deverá ser largamente ultrapassado em 1978, pois, somente em agosto último, o grupo faturou Cr\$ 48,5 milhões, segundo informações de seu diretor-superintendente. Os convênios com empresas, segundo acrescentou, representam hoje cerca de 35% do total do faturamento, cabendo o restante aos serviços prestados ao INPS.

Como dirigente desse grupo, que congrega oito hospitais e mais de 2.800 leitos, o médico Luiz Roberto Silveira Pinto considera-se qualificado para afirmar que "a medicina de grupo é uma forma econômica de oferta de serviços de saúde, talvez o meio mais eficiente de incentivar a medicina preventiva". Para ele, tal sistema surgiu como uma resposta às transformações do mundo moderno e à evolução da própria ciência. "Atualmente, um médico sozinho não pode abarcar todo o conhecimento da medicina, como era possível 40 anos atrás. A simples atualização e desenvolvimento numa especialidade já se torna difícil. Por isso, acho que a medicina de equipe surge como uma necessidade natural", afirmou.

"A acusação de que as empresas de medicina de grupo deixam de internar um paciente de convênio, apenas porque o que recebem é fixo, não tem qualquer consistência", afirma o dirigente da Samcil. "Mesmo deixando de lado o aspecto ético e moral, e vendo a questão do ângulo puramente econômico, vamos observar que isto não resultaria em negócio para as empresas. Sobretudo, porque um paciente que necessita de atendimento médico

ou hospitalar, e que não seja socorrido prontamente, amanhã representará um problema talvez mais grave e complicado e, conseqüentemente, dispêndios maiores de serviços."

Do mesmo modo, ele refutou as críticas que são feitas aos hospitais conveniados com o Estado, cujo comportamento seria o oposto, uma vez que o desempenho da receita está vinculado ao número de atos médicos praticados. Para o médico e empresário Silveira Pinto, qualquer tentativa nesse sentido está fadada ao fracasso, dado o controle e a fiscalização exercidos pelo INAMPIS, órgão previdenciário no qual se fundiram todos os antigos institutos oficiais de assistência médica.

De qualquer forma, ele admite que as acusações feitas ao sistema médico-hospitalar brasileiro teriam algum fundamento quatro anos atrás. E acrescenta: "Mas temos de reconhecer que, de três anos para cá, houve uma virada significativa no sentido da moralização dos serviços, e as críticas que ainda persistem são remanescentes".

As restrições feitas à qualidade dos serviços prestados pelas empresas de medicina de grupo, bem como as reclamações do pessoal médico ante o sistema de trabalho, são pontos igualmente minimizados pelo superintendente da Samcil. Em seu entender, não se pode falar em diferenciação do nível de atendimento, na medicina de grupo, em função do poder aquisitivo dos associados. "O serviço de tratamento ou de atendimento é o mesmo; o que pode variar é o conforto — um executivo, ao fazer um seguimento de saúde, vai ter o privilégio de marcar consultas e outras coisas que um associado comum não tem. Mas não há diferença no serviço".

Quanto à reivindicação da entidade dos médicos, no sentido de reduzir de 25 para 16 o número de consultas a cada quatro horas, exigido por essas empresas, o diretor da Samcil não foi menos irredutível. Na sua opinião, não é necessário despender, em média, 15 minutos por consulta, como querem os médicos, "porque cerca de 70% dos pacientes atendidos hoje, através do convênio com as empresas, requerem quando muito 3 a 4 minutos, e são casos simples, como a entrega de um exame, uma prescrição médica, coisas desse tipo".